14 DE JANEIRO DE 2026

A queda de Maduro e os dilemas da democracia venezuelana

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
Diplomata e Conselheiro Acadêmico do Livres

INTRODUÇÃO

A operação militar dos Estados Unidos que resultou na captura de Nicolás Maduro na Venezuela marcou um dos episódios mais relevantes e controversos da política externa recente. Em meio a debates acalorados sobre legalidade internacional, legitimidade democrática e os caminhos para a restauração da ordem constitucional na Venezuela, torna-se urgente aprofundar a compreensão dos múltiplos vetores jurídicos, políticos e éticos que atravessam esse momento.

Inspirados pelo Cato Institute, reunimos abaixo **análises de lideranças, acadêmicos e especialistas associados ao Livres**, cada uma abordando um aspecto essencial da crise venezuelana — desde os fundamentos do direito internacional até as implicações para a democracia e a estabilidade regional.

O objetivo deste compilado não é homogeneizar opiniões, mas sim **oferecer ao leitor uma visão informada e multifacetada** sobre os desafios e oportunidades que se apresentam neste cenário de complexidades. Cada contribuição traz reflexões que consideramos relevantes para o debate público — sobretudo para aqueles que acreditam na promoção da liberdade, do Estado Democrático de Direito e no papel das instituições democráticas.



Para o diplomata e professor Paulo Roberto de Almeida, a crise venezuelana não pode ser atribuída a fatores externos, sanções ou contingências históricas. Trata-se de um colapso fabricado internamente, resultado direto das escolhas políticas e econômicas adotadas pelo chavismo desde o fim dos anos 1990. Em poucas décadas, a Venezuela passou de uma das maiores rendas per capita da América Latina à condição de país mais pobre da região — um processo acelerado e sem precedentes.

Segundo Almeida, essa derrocada não decorreu de guerras, desastres naturais ou intervenções estrangeiras, mas de uma combinação de autoritarismo político, estatizações rústicas, destruição dos mecanismos de mercado e corrupção sistêmica. “Essa inacreditável derrocada não resultou de nenhuma guerra, catástrofe natural ou invasão estrangeira; ela foi, em tudo e por tudo, integralmente fabricada pelos próprios dirigentes nacionais”, afirma. O resultado mais visível desse processo é a crise humanitária expressa no êxodo forçado de quase um quinto da população venezuelana.

Almeida também alerta para o risco de leituras cínicas na política internacional, nas quais ditaduras são vistas como parceiras mais convenientes do que democracias. Em comentário recente, ele observa que regimes

autoritários permitem negociações diretas sobre recursos estratégicos, enquanto democracias impõem o "incômodo" das eleições e do controle popular. Para ele, qualquer debate sério sobre o futuro da Venezuela precisa partir do reconhecimento de que o colapso do país é inseparável do legado político e institucional do chavismo.

FERNANDO SCHÜLER
Cientista político e Conselheiro Acadêmico do Livres



Para Fernando Schüler, é um erro alimentar a expectativa de que a democracia venezuelana será restaurada por decisão direta do governo americano. Em análise publicada no *Estadão*, o professor argumenta que não existe, no horizonte imediato, uma estratégia de "nation building" por parte dos Estados Unidos em relação à Venezuela. A atuação americana tem sido guiada por critérios pragmáticos ligados à geopolítica e, sobretudo, ao petróleo, e não por um compromisso explícito com a reconstrução institucional do país.

Schüler observa que o próprio discurso oficial de Washington foi explícito nesse sentido. "Sejamos claros: os Estados Unidos jamais prometeram que fariam uma redemocratização da Venezuela", afirma. O foco estaria na recomposição de interesses econômicos, no retorno de empresas afetadas por estatizações e na reorganização do tabuleiro estratégico regional. Como resume de forma provocativa, "Trump veio para libertar o petróleo, não o povo" — ao menos no curto prazo.

Em outro artigo, Schüler sustenta que a história ainda está em aberto e que o julgamento sobre a intervenção dependerá de seus efeitos concretos. Se a ação americana contribuir para uma transição democrática, poderá ganhar legitimidade retrospectiva; se resultar apenas na substituição de uma cúpula autoritária por um arranjo instável ou manipulável, será mais um fracasso histórico dos Estados Unidos na América Latina. Para ele, não é crível imaginar uma "ditadura satélite" funcional no longo prazo: investimentos, reconstrução econômica e estabilidade exigem regras claras, direitos de propriedade e um governo constitucional legítimo.

Isso não significa, contudo, que a transição democrática esteja descartada. Para Schüler, a abertura política na Venezuela pode se tornar uma pauta real no futuro, a partir de uma combinação de pressão internacional coordenada, mudanças internas no equilíbrio de poder e reavaliações da política externa americana. O principal risco, alerta, está em confundir a remoção de um regime com a construção automática de uma democracia — um equívoco recorrente em análises apressadas sobre intervenções externas

SANDRA RIOS
Economista e Conselheira Acadêmica do Livres



A ação militar dos Estados Unidos na Venezuela pode ser entendida como um primeiro movimento do atual governo norte-americano para colocar em prática a nova estratégia de segurança nacional anunciada em dezembro de 2025. Segundo Sandra Rios, essa estratégia recupera a Doutrina Monroe e busca consolidar a hegemonia dos Estados Unidos sobre o chamado Hemisfério Ocidental.

À intervenção na Venezuela, observa, seguiram-se ameaças de ações semelhantes em outros países ou territórios da região, sinalizando uma inflexão mais assertiva da política externa americana. Do ponto de vista do comércio internacional, Rios avalia que os efeitos diretos da ação militar tendem a ser limitados. O objetivo declarado do governo Donald Trump de obter acesso às extensas reservas de petróleo venezuelanas para exploração por empresas americanas pode, no entanto, ampliar a oferta internacional do produto, com impacto potencialmente baixista sobre os preços do petróleo no médio e no longo prazo. Os efeitos mais relevantes, portanto, concentram-se na cadeia de petróleo e seus derivados.

Para além do setor energético, a economista chama atenção para o aumento das incertezas — já elevadas — quanto às regras do jogo no comércio internacional, especialmente para países do Hemisfério altamente dependentes dos Estados Unidos. Nesse contexto, ela argumenta que as economias da região tendem a buscar o fortalecimento de vínculos comerciais com outros mercados extrarregionais relevantes, ao mesmo tempo em que moderam seus posicionamentos de política externa para evitar tensões com Washington.

URIÃ FANCELLI
Mestre em Relações Internacionais e Líder Livres



Segundo Uriã Fancelli, a ação tomada pelos Estados Unidos gera preocupação para os países da América Latina, pois mostra que as forças estadunidenses estão dispostas a intervir em nações soberanas se entender que há justificativas econômicas e de segurança internacional. O governo americano justifica a invasão militar pelo princípio jurídico da "responsabilidade de defender" e por enxergar Maduro como membro de um grupo narcoterrorista de impacto global.

Para Fancelli, o presidente da Venezuela de fato comanda um regime autoritário e tem sob suas costas uma robusta investigação por crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional (TPI). Portanto, é desejável e humanamente ético lutar para acabar com a ditadura e tornar a Venezuela um local pacífico, livre e economicamente sustentável para a população. Contudo, o meio eficaz para a culpabilização dos atos de Maduro (e do Chavismo) e para o fim do regime não é a mera invasão territorial promovida pelos Estados Unidos e sim o multilateralismo e diplomacia. Além disso, Uriã aponta que dificilmente haverá a restauração - a curto prazo - da democracia na Venezuela.

Para o Brasil, o governo tem a oportunidade de portar-se como um agente regional importante de negociações, buscando equilibrar a democracia na Venezuela com a ênfase da soberania territorial das nações. Todavia, mais especificamente para o Presidente Lula, existe um dilema, visto sua proximidade histórica com o Chavismo e, mais recentemente, com o regime de Maduro. Em um ano eleitoral, onde Lula almeja a reeleição, sua mediação no conflito EUA - Venezuela se transformará em narrativas ideológicas e políticas.

RAFAEL MOREDO
Internacionalista e Coordenador de Políticas Públicas do Livres



Segundo Rafael Moredo, a captura de Nicolás Maduro recoloca no centro do debate uma distinção fundamental do direito internacional contemporâneo: soberania estatal não é sinônimo de legitimidade governamental. Regimes que rompem de forma sistemática com a ordem democrática, capturam instituições e violam direitos humanos perdem, progressivamente, a capacidade de representar legitimamente o Estado perante a comunidade internacional. No caso venezuelano, esse processo foi amplamente documentado e resultou no reconhecimento, por parte de diversos países, de uma liderança alternativa eleita sob bases mais legítimas.

Sob essa perspectiva, o debate jurídico não se resume à existência formal de fronteiras ou ao princípio abstrato da não intervenção, mas à pergunta central sobre quem fala em nome do Estado. A atuação externa contra um regime de facto que perdeu legitimidade representativa não se equipara, do ponto de vista jurídico ou normativo, a uma agressão contra um Estado democrático reconhecido. Essa distinção é essencial, argumenta, para evitar leituras oportunistas que tentem relativizar agressões expansionistas ou justificar violações do direito internacional em outros contextos.

Moredo destaca que o desafio mais complexo, contudo, começa após a remoção do regime. A experiência comparada mostra que transições mal planejadas tendem a produzir vácuos institucionais, disputas de poder e deterioração da capacidade estatal. Para que a mudança na Venezuela represente um avanço democrático sustentável, será indispensável combinar legitimidade política com capacidade de governança, incluindo reconstrução institucional, eleições livres e observadas, coordenação internacional e resposta imediata à crise humanitária. Sem esses elementos, o risco é substituir um autoritarismo consolidado por um ciclo prolongado de instabilidade.

BEATRIZ BORTONI
Internacionalista e Líder Livres



Para a internacionalista Beatriz Bortoni, a recente operação militar dos Estados Unidos na Venezuela, embora diplomática e politicamente controversa, foi sentida por muitos venezuelanos de maneira distinta do debate travado nos círculos oficiais. Longe de representar apenas força, poder ou disputa geopolítica, a ação simbolizou, para uma parcela significativa da população, a possibilidade — ainda que incerta — de voltar a imaginar uma vida normal. Para quem viveu a escassez, a hiperinflação, o colapso dos serviços públicos e a insegurança cotidiana, a questão central não é quem controla o poder, mas se será possível viver com dignidade.

Bortoni ressalta que o venezuelano comum não está preocupado com petróleo, discursos ideológicos ou disputas entre lideranças nacionais e estrangeiras. O que importa é o básico: trabalhar sem medo, estudar, formar uma família, planejar o futuro e viver em paz. Viver bem, observa, não é um conceito abstrato na Venezuela, mas uma memória concreta. Entre as décadas de 1950 e 1970, o país viveu um período de prosperidade, com salários

elevados, forte classe média e padrões de vida comparáveis aos de países desenvolvidos — um contraste marcante com a realidade atual e um lembrete de que o colapso não era inevitável.

Nesse sentido, a comemoração de parte da população com a captura de Nicolás Maduro não deve ser lida apenas como um gesto político, mas como uma reação humana ao esgotamento. Para Bortoni, a operação americana não é o caminho ideal para reconstruir uma democracia, nem um modelo a ser celebrado, mas pode representar uma ruptura simbólica com um ciclo de autoritarismo que parecia interminável. O desafio agora é transformar esse momento em ponto de partida, e não em dependência externa: construir um futuro genuinamente venezuelano, com instituições que protejam direitos, garantam estabilidade e devolvam à população a possibilidade concreta de viver com liberdade e dignidade.

CONCLUSÃO

As análises reunidas neste documento refletem a diversidade de leituras e preocupações de lideranças e acadêmicos associados ao Livres diante de um dos episódios mais complexos da política internacional recente. Trata-se de um esforço deliberado para qualificar o debate público, reconhecendo que respostas simplistas não dão conta dos dilemas jurídicos, políticos e humanos envolvidos na situação venezuelana.

Em comum, as contribuições apontam para um desafio central: a remoção de um regime autoritário, por si só, não garante democracia, estabilidade ou prosperidade. O futuro da Venezuela dependerá da capacidade de transformar esse momento em um processo legítimo de reconstrução institucional, centrado nos direitos, na dignidade e na vontade do povo venezuelano.